



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

ATA REUNIÃO PRESENCIAL/POR VIDEOCONFERÊNCIA ATENDENDO REQUERIMENTO nº 361/2023 DE AUTORIA DO VEREADOR JULIANO VASCONCELOS GONÇALVES REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, NO DIA SETE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS. (07-11-2023).

Ao sétimo dia do mês de novembro de dois mil e vinte e três, terça-feira, às dezoito horas e dezessete minutos, foi realizada a Reunião Situação da repactuação do Município de Mariana com o Estado. **Participaram da reunião:** O vereador Juliano Vasconcelos. **Registraram Presença:** Duarte Eustáquio Júnior- Representante do Fórum de Prefeitos. **ABERTURA:** “Em nome de Deus e do Povo Marianense, havendo número regimental”, o Vereador Juliano Vasconcelos iniciou os trabalhos cumprimentando a todos, disse que o escritório inglês enviou uma justificativa que não pode comparecer a reunião e agendar em outra data. Pela ordem, o Sr Duarte Júnior cumprimentou a todos e informou ter conhecimento de ser um assunto que gera muitas dúvidas a população, onde, por o mesmo fazer parte do Fórum de Prefeitos pode ter algumas informações pertinentes para tirar essas dúvidas. Com a palavra, o vereador Juliano Vasconcelos perguntou porque havia sido criado o Fórum de Prefeitos e qual objetivo e ações vem desenvolvendo, quais municípios atende. Pela ordem, o Sr. Duarte Júnior disse que o Fórum de Prefeitos foi criado no ano de dois mil e dezesseis na qual o motivo seria unir todos os prefeitos para entenderem e principalmente ficarem por dentro de todos os assuntos que seriam tratados. Ressaltou que o Fórum teria o intuito de ouvir o que estaria acontecendo e repassar as informações aos municípios, servindo como uma ponte de informações e não de decisão, tendo em vista que a decisão sempre irá ficar para cada município assinar ou não a repactuação. Seguidamente foi questionado pelo vereador Juliano Vasconcelos sobre quais os critérios para a tomada de decisão. Em resposta, o Sr. Duarte Júnior informou que existem duas possibilidades, sendo elas, uma ação judicial, na qual estaria sendo discutida na Corte Inglesa e em conversa com o Município de Brumadinho fizeram algo parecido para saber quanto cada Município teria direito de receber na repactuação e citou alguns exemplos, tais como, número da população, índice de desenvolvimento urbano, impacto econômico, impacto de abastecimento de água, em que cada item teria um peso para chegar em uma forma técnica para apresentar valores, disse que deixaria uma cópia dos documentos e informações que trouxe com o vereador, Juliano Vasconcelos para ler e entender cada item. Com a palavra, o vereador Juliano Vasconcelos fez outro questionamento de como estaria sendo tratado o Município de Mariana por ter sido o epicentro do crime ambiental. Em resposta, o Sr. Duarte Júnior informou que houve uma conversa na qual o Município de Mariana deveria ser tratado de forma individual, na qual deixou claro que a Ação da Inglaterra é diferente da ação no Brasil. Em ato contínuo, relatou que na ação que ocorreu no Brasil houve tratamento diferente, em que Mariana ficará com valor de vinte por cento total do acordo, mas não tem data para finalizar. Frisou que o



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

que estaria acontecendo é um acordo, na qual precisa ser assinado até a data de cinco de dezembro do ano de dois mil e vinte e três e que no governo do Sr. Edson Agostinho, foi realizada uma agenda na Justiça Federal, solicitando que o Município de Mariana pudesse discutir de forma direta sobre a ação, na qual foi autorizado pela Justiça Federal. Seguidamente disse que existe uma ação pública do Ministério Público Federal no valor de cento e cinquenta e cinco bilhões de reais e após a entrada do Governo Federal pode haver modificações de valores, pois os mesmos têm pressionado para aumentar o valor do acordo, dentro desse valor discutido Mariana teria direito de receber três bilhões de reais. Com a palavra, o vereador Juliano Duarte indagou ao Sr. Duarte Júnior a fim de saber se no Brasil o julgamento de repactuação teria uma data para acontecer, caso tenha o que faltaria para o acordo ser assinado, portanto desde de o ano de dois mil e quinze passaram-se oito anos, prosseguiu relatando que sempre ocorreu muitas reuniões, mas nunca uma decisão assinada por todos os entes necessários, prosseguiu perguntando se haveria uma data prevista para a resolução deste caso. Pela ordem, o Sr. Duarte Júnior, informou que no âmbito judiciário não haveria possibilidade de afirmar algo, no entanto em relação ao Município de Mariana, entraram com uma ação no ano de dois mil e dezessete, portanto as empresas não haviam sido citadas com relação à Justiça Federal na qual, caso vá a julgamento poderá se prolongar por longas datas aqui no Brasil, informou que estaria acontecendo um acordo, em que as empresas Vale e BHP estão sentadas na mesma mesa em conjunto com o Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, sendo conduzido pelo Sr. Ricardo Rabello, portanto dentro deste acordo já haveria outras quatro datas prováveis para o acordo ser assinado, prosseguiu informando que havia sido colocado pelo Sr. Carlos Bruno, do Ministério Público Federal, onde diz que o acordo deveria ser assinado até o dia cinco de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, citou que o Sr. Carlos Bruno afirmou que caso não fosse assinado, o mesmo nem continuaria na mesa, sendo assim o acordo não teria viabilidade pois precisaria do Ministério Público Federal assinando, seguidamente afirmou que há uma data, como citada anteriormente e frisou que pode ocorrer no dia cinco de dezembro do ano de dois mil e vinte e três um acordo no Brasil, em relação a tragédia ocorrida no ano de dois mil e quinze. Com a palavra, o vereador Juliano Duarte indagou ao Sr. Duarte Júnior se neste acordo o Município de Mariana participaria da mesa de repactuação e se o Município teria autonomia de assinar a repactuação. Prosseguiu questionando se essa repactuação seria uma decisão do Prefeito, ou se a mesma teria que passar pela Casa de Câmara ou por alguma outra instância, em seguida perguntou se é uma prerrogativa do Chefe do Poder Executivo. Em resposta, o Sr. Duarte Júnior informou que o vereador e atual Presidente da Câmara Municipal de Mariana, Edson Agostinho ainda quando prefeito, havia realizado uma agenda na Justiça Federal, na qual solicitou que o Município de Mariana iniciasse uma discussão de forma direta na mesa, em que foi autorizado pela Justiça Federal e a partir disso Mariana passou a discutir diretamente o que estaria tratando no atual momento no Plenário, informou que os demais municípios não teriam esta autonomia, na qual se avaliarmos no estado de Minas Gerais contém trinta e sete municípios afetados pelo



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

rompimento da barragem ocorrendo uma situação quase impossível em que todos participassem da mesa. Com a palavra, o vereador Juliano Duarte indagou ao Sr. Duarte Júnior qual seria o valor que estaria em discussão para o Brasil no caso que incluiria União, Estado de Minas Gerais, Estado do Espírito Santos, se já havia valor em discussão e especificamente qual seria destinado ao Município de Mariana, tendo em vista que teríamos um percentual de vinte por cento com base as informações do Sr. Duarte Junior. Pela ordem, o Sr. Duarte Júnior informou que teriam uma ação pública no Ministério Público Federal no valor de cento e cinquenta e cinco bilhões de reais, na qual seria o valor que teriam na mesa atualmente, sendo uma ação proposta pelo MPF, ouviu também o Governador Romeu Zema informar do valor de cento e vinte bilhões. Prosseguiu informando que após a entrada do Governo Federal a conversa mudou um pouco, devido ao Governo Federal está pressionando as empresas para melhorar o valor do acordo. Com a palavra, o vereador Juliano Vasconcelos fez uma análise e questionou ao Sr Duarte Júnior se o mesmo estava correto em dizer que o fórum de prefeitos havia solicitado o valor de três vírgula oito bilhões, mas ainda aguardam o aval do Governo Federal, do Governo Estadual e dos outros entes que participam da repactuação do brasil. Com a palavra, o vereador Juliano Vasconcelos fez outro questionamento na qual gostaria de saber se a ação no Inglaterra teria algum valor previsto, que este escritório inglês que defende a causa de Mariana solicitou, se sim, qual seria este valor da ação da Inglaterra para o município de Mariana, na qual ouvem falar que o valor da Inglaterra seria bem maior que o valor em discussão no Brasil. Pela ordem, o Sr. Duarte Júnior informou que a ação inglesa, foi extremamente importante para todos os municípios, para o estado e principalmente para o Brasil, em que se não fosse esta ação proposta por eles no ano de dois mil e dezessete, sendo aceita somente em dois mil e vinte. Prosseguiu informando que esta ação na Inglaterra que deu corpo ao Estado, União e Município discutirem, pois a empresa BHP só estaria no Brasil por terem uma ação contra eles na Inglaterra e caso não houvesse, não teriam o que pagar, sendo assim a empresa Vale, pagaria e eles resolveriam entre eles mesmo por serem sócios em relação à empresa Samarco. Em ato contínuo informou que sabe pouco sobre valores, mas o ideal seria perguntar diretamente ao escritório, mas que são valores muito maiores do que os valores solicitados no Brasil, prosseguiu frisando que o atual Chefe do executivo deverá ter discernimento para tomar a decisão, porque essa ação pode impactar não somente na vida de nós que estamos aqui home, mas na vida de pessoas daqui a cem anos, futuras gerações, pois com este valor da Inglaterra poderiam melhorar muitas questões do futuro, relatou que a empresa BHP Billiton Limited é uma das maiores empresas do país. Com a palavra, o vereador Juliano Vasconcelos questionou ao Sr. Duarte Júnior que caso em setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, fosse assinada a ação do Brasil, se haveria a possibilidade de ser dada a quitação no acordo da Inglaterra, tendo em vista que o valor da Inglaterra é superior, o interessante seria aguardar este julgamento. Em resposta o Sr. Duarte Júnior explicou que se no brasil for decidido que o valor será de três vírgula quatro bilhões, por exemplo, perderão o valor na Inglaterra, portanto o município só recebe o valor da



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

repactuação após a quitação na ação Inglesa. Com a palavra, o Vereador Juliano Vasconcelos relatou que em maio do ano de dois mil e vinte e um, quando esteve à frente do poder executivo, sendo assim, estiveram na Inglaterra, na qual participaram do recurso que foi apresentado no Tribunal de Apelação pelo escritório, em que estiveram o êxito a aceitação novamente desta ação. Prosseguiu informando que de todas as informações que o Sr. Duarte Júnior trouxe para a Casa de Câmara, o mais importante e o que mais lhe preocupa seria a questão da deliberação e assinatura, na qual ambas são importantes, mas os valores de repactuação entre Brasil e Inglaterra tem grande diferença, ficando sob responsabilidade do poder executivo olhar qual ação dará melhor retorno financeiro ao município, recuperando os danos causados com o rompimento da barragem no ano de dois mil e quinze. O Vereador Juliano Vasconcelos expôs que se preocupam com a questão da assinatura porque são duas ações importantes e todas as duas possuem um grande peso, mas que existe uma diferença de valores. Destacou que é importante que a população se atente porque existe uma repactuação discutida no Brasil e uma repactuação que é discutida na Inglaterra. Destacou que essa decisão compete ao Chefe do Poder Executivo e esperam que o Poder Executivo tenha o discernimento de olhar o interesse público e a ação que dará retorno financeiro, bem como o direito para o município fortalecer as políticas públicas e fortalecer a recuperação de todo o dano que Mariana recebeu com rompimento da barragem. Disse que a informação é importante e que levará a conhecimento dos Vereadores, solicitou a criação de uma Comissão para acompanhar a repactuação, lembrando que o Vereador Marcelo Macedo sempre foi um crítico da Câmara não participar. Dessa forma, solicitou que fosse criada uma Comissão e que essa Comissão pudesse participar de todas as deliberações que ocorrerem em relação a repactuação, tanto no Brasil quanto na Inglaterra. Seguidamente questionou se o valor da repactuação contempla Bento e Paracatu ou é específico somente para a prefeitura municipal de Mariana. Em resposta, Duarte Eustáquio Júnior esclareceu que no Brasil pode-se usar o recurso como um cardápio, lembrando que em conversa com Edson Agostinho, enquanto prefeito, soube que estão levantando projetos para que o dinheiro seja utilizado. Destacou que não há necessidade de desenvolver Projetos e que o dinheiro vem para o município gastar, salientando que desenvolver Projetos nesse momento é gasto de energia desnecessária. Em relação a Bento e Paracatu, citou Barra Longa que existe um valor que é para o município de Barra Longa, além disso existe um valor para ser compensado de Bento e Paracatu. O Vereador Juliano Vasconcelos questionou se nesse momento da repactuação não há a obrigatoriedade da apresentação de Projetos por parte do executivo. Em resposta Duarte Júnior, disse que o município apresenta os projetos necessários e de acordo com o Poder Público inicia as demandas que julgarem necessárias e é desnecessário gastar essa energia agora, sendo importante gastar a energia em definir valor. Destacou que em sua opinião o valor de três milhões e quatrocentos mil não é o valor ideal para Mariana e que deveria receber um valor de duas a três vezes maior que hoje. Seguidamente o Vereador Juliano Vasconcelos questionou se a repactuação no Brasil irá contemplar todos os atingidos, diretamente e indiretamente da bacia do Rio



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

Doce. Em resposta, Duarte Júnior explicou que existe uma ação do Ministério Público Federal (MPF) no valor de cem bilhões de reais para dividir por toda a bacia e que tem discutido esse projeto na mesa da repactuação e a intenção é fazer o pagamento em Cadúnico, que a ideia é da defensoria pública do estado de Minas Gerais. Além disso, que precisa entender que as mineradoras estão a quarenta e quatro anos retirando riquezas dos nossos solos e é mais do que justo que esse dinheiro possa ser dividido para as famílias que mais precisam. Seguidamente, o Vereador Juliano Vasconcelos expôs os artesãos de Cachoeira do Brumado, tendo em vista que alguns receberam e outros que moram na mesma rua, trabalhavam no mesmo espaço e não receberam sua indenização, questionou porque estão tendo este problema com a justiça. Em resposta, Duarte Júnior disse que a pergunta é pertinente, mas que as pessoas não têm que reclamar de quem recebeu e precisam entender que ele também tem direito a receber e isso está sendo corrigido e estão sendo realizados levantamentos em todo o território para entender porque essas pessoas não foram indenizadas. O Vereador Juliano Vasconcelos disse que chegou a participar de algumas reuniões no Conselho Nacional de Justiça e viu que recentemente a repactuação que acontecia no Conselho Nacional de Justiça foi transferida para a 6ª Vara Federal em Belo Horizonte e questionou por qual motivo ocorreu a transferência. Em resposta, Duarte Júnior disse que o crime é Federal porque atinge dois estados e o Conselho Nacional de Justiça não tem essa autonomia, porque é um órgão conciliador e quem conduzia o processo era o Bandeira Conselheiro, quando criou a 6ª Vara Federal em Minas Gerais a competência passou para a Justiça Federal por ter atingido dois estados e a partir de agora quem levará até o final é o Dr. Ricardo Rabelo, desembargador responsável pelo caso. Posteriormente o Vereador Juliano Vasconcelos disse que possuem vários programas aprovados pelo Comitê Interfederativo (CIF) e muitas vezes os programas são aprovados, mas na prática não são executados pelos municípios, questionou o que está acontecendo. Em resposta, Duarte Júnior disse que isso vem acontecendo e que em Mariana existem programas aprovados que não estão sendo executados, que existe em torno de quatrocentos bilhões de reais aprovados, alguns em execução, outros não e que entende que isso está acontecendo porque estão na fase final da repactuação e as empresas estão segurando para repassar o dinheiro diretamente para os municípios. Destacou que muitas pessoas precisam entender que se há um dano direto, ou seja, no local faltou água, a lama passou e levou embora a captação de água. Então não existe valor para resolver o dano direto, por exemplo, acabou com Paracatu e Bento, assim sendo é obrigatório recompor o dano da tragédia. Sobre questionarem o porquê Mariana não tem o tratamento de água, explicou que Mariana não teve o dano direto da falta d'água e que a lama não acabou com o nosso sistema, que onde a lama trouxe prejuízo, foi feito e está sendo feito. Lembrou que nenhum passo foi dado em relação ao que aconteceu em Governador Valadares e que entra uma estratégia que usaram, em colocar a maioria dos projetos como condicionante, porque dessa forma quando o acordo sai no Brasil não tem que abater no valor que tem que receber. Além disso, disse que como dito pelo Vereador muitas ações não estão sendo executadas por algum motivo. Informou que estão com



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

cem milhões de reais depositados para saneamento básico e um valor de onze milhões de reais e que todo ano é repassado seis milhões para a saúde e cinco milhões para a Secretária de Desenvolvimento Social, que são ações que conseguiram. O Vereador Juliano Vasconcelos questionou se os principais programas quem realiza é a Fundação Renova e quem fiscaliza é a prefeitura municipal de Mariana. Em resposta, Duarte Júnior disse que existem casos e casos e que o recurso de saneamento está depositado em uma conta de cem milhões de reais e o município está executando, deu exemplo da obra do aterro sanitário, que será referência para o estado. Seguidamente, o Vereador Juliano Vasconcelos questionou sobre a repactuação no Brasil, se concorda com os termos que estão sendo propostos, se está pedindo um valor diferente do fórum dos prefeitos, se tem alguma informação do município de Mariana. Com a palavra, Duarte Júnior disse que não participou de uma reunião em que os municípios estivessem presentes, que foi uma reunião com o escritório inglês. Além disso, o Prefeito Celso Cota informou que esse valor é pouco para a cidade de Mariana e que concorda com ele. O Vereador Juliano Vasconcelos disse que era uma pena os demais Vereadores não estarem participando tendo em vista que quando o requerimento foi aprovado os demais Vereadores confirmaram presença e ficou feliz com os demais representantes da imprensa para a divulgação das informações. Destacou que as informações do fórum são pertinentes e estão chegando a fase final de um processo que dura mais de oito anos e possuem duas grandes ações uma que ocorre no Brasil e outra na Inglaterra que tem o prazo final de julgamento em setembro de dois mil e vinte e quatro, mas que pode ocorrer um acordo antes dessa data e o município recebe um valor maior do que está sendo discutido. Disse que acompanhou de perto, para que ocorra da melhor maneira possível e para que esse recurso seja investido como forma de compensar toda queda de receita que o município de Mariana teve e que essa ação possa transformar o rumo da mineração. Expôs que irão discutir sobre a expansão da mineração em Mariana principalmente em relação a crise imobiliária que está acontecendo no município. Disse que existe a previsão de mais de três mil trabalhadores vindo para Mariana, resultando no inflacionamento dos imóveis e o cidadão Marianense está locando para as periferias ou locando seus imóveis e indo para outras cidades. Disse que querem que a mineradora tenha um plano habitacional em Mariana e faça como ocorreu na década de setenta onde bairros foram criados em parceria com a prefeitura municipal de Mariana. Seguidamente, Duarte Eustáquio Júnior agradeceu e disse que é uma oportunidade de trazer a transparência do processo, deixou as ações conquistadas em sua gestão e pediu que os vereadores entendam a diferença de compensação para reparação, além disso deixou a proposta do fórum de prefeitos. Enfatizou que a Câmara precisa dessa Comissão para acompanhar a repactuação, pois acredita que no final ela terá que decidir se concorda ou não em assiná-la. O Vereador Juliano Vasconcelos agradeceu a presença e disse que no caso de dúvidas farão o convite e que levará as informações para a próxima reunião ordinária para que os demais Vereadores tenham conhecimento. Finalizando, o Vereador Juliano Vasconcelos solicitou reunião com o Juiz Federal da 6ª Vara juntamente com o Presidente da ACIAM para que discutam pessoalmente a



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, nº 89 – Centro, Mariana/MG.

Unidade Administrativa: Rua do Seminário, nº 237 – Centro, Mariana/MG.

www.camarademariana.mg.gov.br • Telefone: (31) 3557-6200

questão dos empresários, porque precisam estar também na ação do Brasil e Inglaterra. Posteriormente, Sr Duarte Eustáquio informou que se não houver a ação no Brasil o empresário ficará sem receber. Continuando, o Vereador Juliano Vasconcelos solicitou a criação de uma Comissão, destacando que quer fazer parte, para acompanhar a repactuação no Brasil e na Inglaterra e que irão pautar para que o município tenha maior êxito financeiro e consequentemente políticas públicas implementadas. **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais a tratar, “em nome de Deus e do povo Marianense,” o Vereador Juliano Vasconcelos agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às dezenove horas e vinte minutos. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada.